

# As etapas da transição

OSVALDO PERALVA

Um dos pontos em debate na política brasileira é sobre o fim do período de transição do regime autoritário para o da democracia plena. A rigor seu início vem desde o governo do general Ernesto Geisel, quando se aboliu a censura prévia à imprensa e se estabeleceu um plano "gradual, lento e seguro" de devolução do poder aos civis.

Essa foi, decerto, a primeira etapa concreta da transição, porque todos os governantes anteriores viram coroadas de fracasso suas promessas, sinceras ou não, de redemocratização.

Pode-se alegar que sob Geisel, o cumprimento do plano não foi tão seguro, às vezes interrompido pela aplicação do Ato Institucional nº 5 para cassar mandato parlamentar ou fechar o Congresso. Contudo, mesmo em ziguezague, houve avanços.

A segunda etapa desenvolveu-se sob a gestão do general João Batista Figueiredo. Consolidou a liberdade de imprensa. Abriu o leque da representação partidária. Restaurou a eleição dos governadores mediante sufrágio popular. Sua debilidade, comum à maioria dos governantes brasileiros, foi a indisposição para descer em definitivo a rampa do Planalto, deixando-se envolver e empolgar pela trama continuísta dos seus áulicos.

Essa trama, embora sem êxito, trouxe dois prejuízos ao processo redemocratizante. Impediu que a oposição chegasse, inteira, ao governo. Para alcançá-lo, teve de barganhar com uma parte das forças situacionistas, por isso mesmo

interessadas em manter o máximo possível da situação vigente. Além disso, colocou nas mãos de alguns chefes militares a solução indolor do problema, isto é, a liquidação do continuísmo sem o recurso às armas.

A Nova República, tão precocemente envelhecida, surgiu assim comprometida mais com o passado do que com o futuro. E é esse passado que a puxa para trás, que a impede de acelerar o passo em direção a uma sociedade moderna, mais equilibrada, com suas riquezas mais bem distribuídas, sem o vexatório espetáculo cotidiano do contraste entre a abundância e a miséria.

A terceira etapa da transição se desenrola sob o governo do presidente José Sarney, que deu vários passos à frente: removeu boa parte do entulho autoritário, legalizou a situação dos partidos até então clandestinos, convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Mas as vicissitudes políticas, resultantes sobretudo das vicissitudes econômicas (ascensão e queda do Plano Cruzado), conduziram ao isolamento partidário do presidente da República, que se viu de súbito respaldado fundamentalmente nas Forças Armadas. E até Napoleão, que era do ramo, bem sabia que as baionetas não constituem um ponto de apoio cômodo.

É sabido que, ainda sob o governo Figueiredo, o general Leonidas Pires Gonçalves e o almirante Henrique Saboia tiveram papel decisivo na dissuasão do golpe continuísta. Hoje os dois são ministros, digamos, "par droit de conquête".

Tem sido assim. Na ditadura inaugurada em 1937, o general Eurico Dutra era o ministro da Guerra do presidente-ditador Getúlio Vargas, o sustentáculo dele, o chamado Condestável do Estado Novo. Em 1945, sob a influência do resultado da segunda guerra mundial, quando as democracias foram vitoriosas no campo de batalha, triunfando sobre o fascismo e o nazismo, os fuzis dos comandados de Dutra mudaram de ombro, como no poema de Brecht. Ante os propósitos continuístas de Vargas, o general Dutra se uniu ao brigadeiro Eduardo Gomes, da oposição militar, e puseram abaixo o ditador.

Curioso que os dois candidatos à Presidência da República eram militares — Dutra e Eduardo Gomes, afora um terceiro, insignificante personagem inventada por Luiz Carlos Prestes e ridicularizada por Carlos Lacerda. Foi eleito Dutra, o antigo apoio de Vargas. Simbolicamente, os militares que se achavam na retaguarda, agora estavam na linha de frente.

Quando Getúlio Vargas voltou à cena política, substituindo Eurico Dutra como presidente eleito pelo povo, houve forte reação à sua posse. Ele teve que buscar o apoio de alguns oficiais do Exército para poder empossar-se. O líder desses oficiais era o general Estillac Leal, que foi nomeado ministro da Guerra.

Como se sabe, Vargas não concluiu o mandato, suicidando-se. A isso se seguiram várias crises e finalmente a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República. Mais uma vez, os

militares leais à Constituição tiveram de intervir a fim de dar posse a JK. O líder do grupo era o general Henrique Lott, que ficou como ministro do Exército e, depois, candidato à sucessão de Kubitschek.

Só a eleição de seu sucessor, Jânio Quadros, não esteve vinculada aos militares. Assumiu a presidência da República com a maior votação da história do país, e com uma autoridade que se impôs a todos os chefes militares, a partir de sua posição de comandante supremo das forças armadas.

De todos esses presidentes citados, ele foi o único a não sofrer a mais mínima tutela dos militares. Nesse sentido, lembrava o presidente John Kennedy, nos EUA.

O episódio da votação, pela Assembléia Nacional Constituinte, do presidencialismo com cinco anos, com imposição aberta dos chefes militares, debilitou seriamente o poder civil. A promulgação da Constituição, que ora se elabora, é um fato importante para o reordenamento democrático brasileiro, mais uma etapa, porém não decisiva, no processo de transição.

Só a eleição direta de novo presidente, com as amplas massas populares reconquistando as ruas, é que poderá retomar o caminho da prevalência plena do poder civil, sem o que não se pode falar a sério em democracia.

OSVALDO PERALVA é jornalista, foi secretário-geral de redação do jornal "Última Hora", diretor-redator-chefe do jornal "Correio da Manhã", correspondente da Folha no Japão e, atualmente, é membro do seu Conselho Editorial.

(ANC) p3 ✓

FOLHA DE SÃO PAULO 20 MAI 1988